**TRANSVERSALIZANDO A HISTÓRIA E CULTURA AFRODESCENDENTE NO ENSINO DE GEOGRAFIA**

Francisco Anderson Varela Bezerra

Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia

Universidade Federal de Campina Grande

[anderson-varela@hotmail.com](mailto:anderson-varela@hotmail.com)

Marcos Adan dos Santos Melo

Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia

Universidade Federal de Campina Grande

[marcosadann@gmail.com](mailto:marcosadann@gmail.com)

Willyan Ramon de Souza Pacheco

Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia

Universidade Federal de Campina Grande

[pachecowillyan8@gmail.com](mailto:pachecowillyan8@gmail.com)

**Resumo**

O presente artigo tem como temática central “O ensino de Geografia e a história e cultura afrodescendente”. Este trabalho foi idealizado na perspectiva da valorização da história e cultura afrodescendente por meio da ressignificação das práticas de ensino no âmbito escolar. Considerando o contexto histórico e a exclusão social sofrida pela população negra no país, bem como as práticas estereotipadas e racistas que se perpetuam através do racismo estrutural, surge a necessidade de viabilizar instrumentos de inclusão por meio da educação, a exemplo da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da cultura e história afro-brasileira nas escolas de modo transversal. Para tanto, traçamos como objetivo central do trabalho colaborar com/para as discussões e valorização da história e cultura afrodescendente no Ensino Fundamental, transversalizando os conteúdos da disciplina Geografia. Teoricamente o estudo se sustenta em estudos e pesquisas de Nelson Rego, Antônio Sergio Alfredo Guimarães, Elisabete da Silva, entre outros. Metodologicamente o presente trabalho resulta de um estudo de caso, numa abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Discutiu-se nesse trabalho que a cultura é um elemento importante como ponto de partida para a discussão, sobretudo da cultura africana e afro-brasileira, que está disseminada por todo o território nacional em termos de construção do espaço e costumes, na construção das cidades, das metrópoles, do comércio, dos espaços sociais de lazer e moradia.

**Palavras-chave**: Ensino de Geografia. História e Cultura afrodescendente. Inclusão.

**Introdução**

A elaboração deste artigo teve como gênese um projeto interventivo para uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental frente à disciplina Geografia numa escola da rede pública, tendo como tema: O ensino de Geografia e a história e cultura afrodescendente. A construção desse projeto se deu no âmbito da disciplina Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia, no curso de Pedagogia, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG).

A pertinência de se discutir, transversalmente, a história e cultura afrodescendente em sala de aula, como intervenção a partir do campo de ensino da Geografia em todas as etapas da educação básica, e, de modo mais específico, no Ensino Fundamental, está em sair de uma visão simplista e reducionista de discuti-las somente num período determinado, como no caso do dia 20 de novembro, dia da consciência negra, e/ou no 19 de abril, dia do índio.

A partir disso, a empreitada para a construção do projeto de intervenção se deu mediante a elaboração do seguinte problema: como o ensino de geografia pode ser trabalhado em sala de aula, correlacionando e promovendo uma discussão e valorização da história e cultura afrodescendente? Sendo assim, o objetivo geral desse projeto foi colaborar com/para as discussões e valorização da história e cultura afrodescendente no Ensino Fundamental, transversalizando os conteúdos da disciplina Geografia. Especificamente, buscou-se: articular os conceitos da Geografia, como, território, lugar e paisagem, com a história e cultura dos sujeitos afrodescendentes que os produzem/produziram;Dialogar sobre o lugar do negro nos espaços geográficos;Evidenciar a cultura afrodescendente a partir do que seus sujeitos produziram nos espaços onde se alocam.

Metodologicamente, o presente trabalho resulta de um estudo de caso, numa abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada, onde foi possível observar e compreender como é adotada uma educação antirracista no âmbito do ensino de Geografia. A partir disso, foi elaborado um projeto de intervenção, que aqui se materializa enquanto artigo, objetivando potencializar uma discussão centrada na história e cultura afrodescendente como temática transversal no currículo da disciplina de Geografia.

Foi considerado como pressupostos basilares para dar substância ao projeto de intervenção a Lei n° 10.639/03, que assevera acerca de se discutir, transversalmente, a história e a cultura afrodescendente e indígena no ensino regular; os Parâmetros Curriculares do Ensino de História e Geografia (PCNs), principalmente, no que tange à discussão sobre a história e a cultura afrodescendente e indígena.

**Afrodescendências:** percursos históricos

Ao longo de séculos, o Brasil esteve compromissado com um regime político em que a hierarquização social e econômica estava pautada em diversos fatores. O principal era a condição racial das pessoas. Com a retirada forçosa dos nativos africanos do seu lugar de origem e o aculturamento advindo dos costumes europeus, o período escravocrata aconteceu no Brasil. Marcado por inúmeros fatores negativos e sub-humanos, como por exemplo, a exploração da mão-de-obra trabalhista, desumanização, subalternização da sua cultura e costumes, etc., sucedeu-se o período escravocrata. O tratamento pelo qual os nativos africanos/escravos na época do período escravocrata eram submetidos, certamente fora uma barbárie:

Esses infelizes são amontoados num compartimento cuja altura raramente ultrapassa 5 pés. Esse cárcere ocupa todo o comprimento e a largura do porão do navio [...] de encontro às paredes e em torno do mastro; onde quer que haja lugar para uma criatura humana, e qualquer que seja a posição que se lhe faça tomar, aproveita-se. O mais das vezes, as paredes comportam, a meia altura, uma espécie de prateleira de madeira sobre a qual jaz uma segunda camada de corpos humanos (PINSK, 2001, p. 35 *apud* SILVA, 2008, p. 25).

Após quase quatro séculos de todo esse contexto de desumanização e mazelas sociais impostas à população afrodescendente no país, inicia-se o movimento da política abolicionista a nível mundial, a pressão política e econômica externa fez com que o Brasil fosse forçado a implementar tal ação. Levando em consideração que, dentre todos os países que aboliram a escravatura, o Brasil foi o último a realizar essa medida,

Afinal, é preciso enfatizar que, embora a questão explícita fosse a abolição da escravatura, o que estava em questão realmente eram as transformações necessárias àquele contexto, marcado por estruturas oriundas de um sistema falido: a escravidão. A principal orientação dos abolicionistas era a transformação da morosidade e ineficácia das estruturas social, política e econômica que corrompiam o estado monárquico. Neste sentido, promover uma “revolução” sob a ordem da Lei, era garantir mudanças profundas e, ao mesmo tempo, conservar o poder de uma determinada camada social (SILVA, 2008, p.30).

No ano de 1888, devido à pressão política advinda do exterior e, também, como forma de manutenção do *status quo* vigente, a monarquia que estava no poder decide criar a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888. A Lei Áurea tinha como objetivo abolir oficialmente a escravidão no Brasil. Uma pseudolibertação, no sentido de que em nenhum momento nos trâmites da libertação dos afrodescendentes foi pensado em oferecer oportunidades iguais para os ex-escravos libertos, lhes restando apenas o status social de segregação e marginalização nos mais diversos setores da sociedade.

**As lutas e conquistas em prol das políticas afirmativas**

Ao longo de todo o período do pós-abolição, como fora citado anteriormente, diversos resquícios foram deixados no meio social, tratando-se das relações díspares entre a população negra e branca no país. Consequência disso é que, atualmente, são necessárias políticas afirmativas e compensatórias, levando em consideração todo o contexto histórico e social em que a população afrodescendente esteve inerte e subalternizada aos moldes do eurocentrismo.

Muitas dessas políticas nas perspectivas inclusivas e compensatórias foram implementadas através das lutas travadas pelas organizações do Movimento Negro no país, no sentido de ressignificar a visão estereotipada de modo negativo se tratando da figura dos afrodescendentes no país, como foi o caso do Movimento Negro Unificado (MNU), que colocou em pauta diversas questões emergentes correlacionadas às especificidades da população negra no país, a exemplo da educação, como afirma Gonsalves e Silva (2000, p. 151):

Entre as estratégias de luta, propunha-se uma mudança radical nos currículos, visando a eliminação de preconceitos e estereótipos em relação aos negros e à cultura afro-brasileira na formação de professores com o intuito de comprometê-los no combate ao racismo na sala de aula. Enfatiza-se a necessidade de aumentar o acesso dos negros em todos os níveis educacionais e de criar, sob a forma de bolsas, condições de permanência das crianças e dos jovens negros no sistema de ensino.

O plano do Programa de Ações idealizado pelo MNU, abriu possibilidades para que a situação na qual a população afrodescendente se encontrava no país fosse debatida, na perspectiva de encontrar novos caminhos e possibilidades na busca da equidade social. Tais ações tiveram ênfase no contexto educacional, levando em consideração o modo como os currículos escolares se referiam aos escravos e descendentes de africanos na abordagem de assuntos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, reforçando os estereótipos negativos relacionados aos afrodescendentes, contribuindo, coercitivamente, na perpetuação de uma estrutura social segregacionistas. O debate em torno das discussões étnico-raciais e a problemática dos resquícios deixados no período escravocrata, analisando numa perspectiva histórica, é bastante recente. No que diz respeito a instancias políticas e governamentais,

Em junho de 1996, o Ministério da Justiça chamou a Brasília vários pesquisadores, brasileiros e americanos, assim como um grande número de lideranças negras do país, para um seminário internacional sobre “Multiculturalismo e racismo: o papel das ações afirmativas nos estados democráticos contemporâneos”. Foi a primeira vez que o governo brasileiro admitiu discutir políticas afirmativas específicas voltadas para a ascensão do negro no Brasil (GUIMARÃES, 1999, p. 165).

A emergência do debate sobre as questões relacionadas aos problemas sociais vivenciados pela população negra tomam proporções macrossociais, em consequência das reinvindicações do Movimento Negro no país e também de eventos como a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e formas correlatas de Intolerância – realizada em Durban/África do Sul em 2001. Foi possível, com isso, maiores possibilidades em torno das discussões sobre a situação dos afrodescendentes em diversos âmbitos sociais.

A participação das instâncias governamentais do Brasil possibilitou a idealização e efetivação de políticas de inclusão importantes, que já tinham sido pautadas pelo Movimento Negro, como por exemplo, a Lei nº 12.711/2012 das cotas raciais com a inserção da população afrodescendente no âmbito universitário e a da Lei n° 10.639/03 que obriga o ensino da história e cultura afro e indígena nas escolas.

**A Lei 10.639/03 nas relações de ensino e aprendizagem**

A partir das lutas e reinvindicações das instâncias políticas das organizações do Movimento Negro, juntamente com as autoridades governamentais da época, é possível constatar diversos avanços, no que diz respeito à inclusão e ressignificação das práticas de equidade social.

Dentre esses diversos avanços, que, gradativamente, foram sendo alcançados, especificamente tratando-se das relações educacionais, uma das principais conquistas a ser referenciada é a implementação da Lei 10.639/03, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências” (BRASIL, 2003).

Dessa forma, os conteúdos pautados na valorização da cultura e história africana e indígena são colocados como obrigatórios nos currículos escolares, conforme a LDB:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino mé­dio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currí­culo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2017, p. 21).

Incluindo também no Art. 79-A,o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Desse modo, é notório o avanço no que diz respeito às discussões sobre a temática na Lei 10.639/03 inclusas na LDB. Porém, ainda existem diversos empecilhos e dificuldades para uma real efetivação de tais ações, como por exemplo, a formação dos professores que não oferece o suporte teórico-metodológico na graduação, para que possa possibilitar a intervenção positiva em relação às questões étnico-raciais no âmbito escolar, como afirma Cardoso e Castro (2015, p. 101):

A ausência ou a inserção parcial de conteúdos relacionados às relações raciais na matriz curricular dos cursos de licenciatura e, por conseguinte, a falta de professores/as capacitados/as para trabalhar essa temática tem se constituído uma das principais dificuldades no processo de implementação da Lei n. 10.639/03.

A efetivação da Lei perpassa inúmeros fatores, não somente o fato de existir institucionalmente, conforme a Legislação, que garante a integração do ensino voltado para as diversidades e multiculturalismo. É necessário haver a reformulação curricular nas graduações dos centros de formação de professores, para que possa possibilitar a compreensão sobre a temática e suas múltiplas formas de manifestação nos mais diversos contextos sociais.

A valorização do ensino da história e cultura africana nos conteúdos ministrados na educação básica, deve(ria) ocorrer de forma tangencial no tocante de todas as disciplinas ministradas, conforme a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, levando em consideração a problemática racial que a população negra ainda enfrenta,

[...] As problemáticas sociais são integradas na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais. Não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória (BRASIL, 1998, p. 45).

A imparcialidade ou negligência dos conteúdos no que se refere à discussão sobre a temática da diversidade cultural no âmbito escolar deixa nítido que a problemática ainda não é considerada tão relevante quanto deveria ser na prática. A possibilidade de mudanças de toda a estrutura social, que historicamente segregou e excluiu a população afrodescendente nos mais diversos contextos da sociedade, deve ser centralizada na educação de modo geral, com a reformulação dos currículos, livros didáticos e a própria formação dos docentes.

**O lugar da história e da cultura africana nas aulas de geografia**

Diante da obrigatoriedade de inserir enquanto tema transversal as discussões étnico-raciais em todo o currículo, a Geografia, enquanto disciplina que compõe a matriz curricular de toda a Educação Básica, deve considerar todas as prerrogativas legais e a diversidade social do ambiente em que a escola está inserida ao pensar estratégias e metodologias que relacionem suas temáticas obrigatórias em consonância com o ensino multicultural.

Ao pensar um ensino de Geografia inclusivo, considerando o multiculturalismo encontrado nos diversos espaços educativos, estamos considerando um dos objetivos colocados nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Geografia (PCN´s), qual seja: “valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia.” (BRASIL, 1998, p. 35). Dessa maneira, o compromisso social da escola e dos educadores que ensinam geografia está alicerçado no respeito mútuo e na construção de uma sociedade democrática, justa e antirracista.

No sentido de pensar sistematicamente essa dinâmica de ensino, podemos considerar enquanto possibilidade a relação das categorias de análise da Geografia com a história e a cultura africana e afro-brasileira, explorando a dimensão político-social das organizações do espaço e das transformações naturais que decorreram das inferências do homem no processo de colonização do Brasil. Seria uma estratégia de abordar algumas categorias explicitadas nos PCN´s, como: espaço geográfico, paisagem, território e lugar. Através da abordagem dessas áreas específicas da Geografia podemos sintetizar os aspectos da organização espacial, além de possibilitar a interpretação dos fenômenos que a constituem em múltiplos espaços e tempos (BRASIL, 1998).

As discussões étnico-raciais não podem estar limitadas ao dia da consciência negra ou a semanas insoladas promovidas pelas escolas que acreditam estar incluindo e desconstruindo a cultura racista que é historicamente presente na organização social do Brasil. Visibilizar esses sujeitos e superar a ideia de um povo pobre e fracassado é necessário para evidenciarmos o desfavorecimento, a desigualdade social e as lutas históricas que foram mobilizados por esse povo, lutas pela garantia de direitos sociais e, sobretudo, pela criminalização do racismo e da discriminação. Uma das garantias institucionais conquistas pode ser encontrada na Constituição brasileira de 1998, quando apresenta, em seu art. 3, inciso IV, enquanto princípios fundamental: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988, p. 5).

Nos PCN´s para o Ensino de Geografia observamos a necessidade de uma abordagem étnico-racial, enquanto tema transversal, quando é destacado em um dos objetivos colocados para o ensino fundamental:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1998, p. 6).

É possível fazer essa articulação através de um ensino que destaque a presença e a influência da cultura, sobretudo da cultura africana e afro-brasileira, na organização político-social do país, na construção das cidades, das metrópoles, do comércio, dos espaços sociais de lazer e moradia. Se destacarmos esses elementos históricos e evidenciarmos o sujeito enquanto ser constituinte desses espaços, reconhecendo-se enquanto negro e, também, reconhecendo suas origens enquanto valores que precisam ser conservados, podemos redimensionar o ensino de geografia e problematizá-lo enquanto fenômeno político, tendo em vista a organização do currículo e a representação de negro nos livros didáticos e na história da geografia.

As noções de sociedade, cultura, trabalho e natureza são fundamentais e podem ser abordados a partir de temas que contribuam para uma relação harmoniosa entre o social e o natural. No entanto, para além da dimensão descritiva de conceitos é relevante propor estudos que favoreçam as representações subjetivas, tendo em vista a criatividade e o imaginário social na elaboração de significados durante as aulas de geografia que apresentam a construção do espaço geográfico e da paisagem.

Diversas são as metodologias possíveis que podem favorecer uma abordagem étnico-racial no ensino de Geografia, o que devemos destacar é que cada espaço irá exigir estratégias diferenciadas e que cada sujeito possuindo uma especificidade e fazendo parte de uma sociedade plural é constituído de diversas influências que o aproximam ou o distanciam do seu lugar no mundo. A geografia pode ser utilizada para apresentar esse situacionamento histórico na constituição da sociedade, das estruturas organizacionais, nas transformações políticas, tendo em vista os espaços sociais ocupados por esses sujeitos ao longo da história e as lutas incessantes pela equidade de direitos.

Uma das ferramentas metodológicas possíveis, no contexto interdisciplinar entre geografia e as relações étnico-raciais, seria a pedagogia de Projetos que, na concepção de Prado (2005, p. 14), surge na perspectiva da

integração entre diferentes mídias e conteúdos, envolve a inter-relação de conceitos e princípios, os quais sem a devida compreensão podem fragilizar qualquer iniciativa de melhoria de qualidade na aprendizagem dos alunos e de mudança da prática do professor.

Nesse sentido, a pedagogia de projetos poderá, através de uma prática interdisciplinar que potencializa habilidades e conduz o sujeito ao centro do seu processo de aprendizagem, oportunizar ao educando as possibilidades necessárias para aprender no “processo de produzir, levantar dúvidas, pesquisar e criar relações que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento” (PRADO, 2005, p. 13). Essas estratégias ressignificam o modo tradicional de compreender o ensino e problematizam, a partir do cotidiano, vivências pessoais e saberes prévios, os conteúdos que serão desenvolvidos.

Dessa maneira, o trabalho com projetos viabiliza, no âmbito de um ensino de Geografia para as relações étnico-raciais, o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contribuem para uma aprendizagem dinâmica, significativa e antirracista, colaborando, também, para o aprimoramento de metodologias e estratégias avaliativas, uma vez que todos trabalham de modo colaborativo em prol da produção do conhecimento.

**Considerações**

Faz-se imprescindível atentar para o fato deste trabalho ter apenas evidenciado o que os documentos legais, em especial os PCNs, já haviam asseverado para a Educação, e, de forma imperiosa, dado o contexto de lutas desde a escravatura ao tempo presente, e, dadas as conquistas por meio das Leis vigentes acerca dos afrodescendentes, dando ênfase às Leis educacionais. Então, a sociedade brasileira possui nas bases do seu amálgama Legislativo todo um aparato legal que, tanto nos respalda como nos obriga pela letra da Lei.

Esta empreitada em discutir na Geografia a história e a cultura afrodescendente não pode estar limitada ao Dia da Consciência Negra, pois no que concerne a determinação da Lei esse dia é apenas uma das formas de afirmação que o inclui no calendário. Mais do que isso, é imperioso que a temática esteja presente em todo o currículo escolar de forma transversal, perpassando assim todas as disciplinas escolares.

Discutiu-se nesse trabalho que a cultura é um elemento importante como ponto de partida para a discussão, sobretudo da cultura africana e afro-brasileira, que está disseminada por todo o território nacional em termos de construção do espaço e costumes, na construção das cidades, das metrópoles, do comércio, dos espaços sociais de lazer e moradia.

Nesse sentido, a geografia, ao lado da história, se constitui como disciplina primordial para situar historicamente o povo negro como participantes na construção da sociedade, das estruturas organizacionais, nas transformações políticas, tendo em vista o empoderamento, por meio e evidenciados pelas lutas, movimentos sociais e ascensão social.

**Referências**

BRASIL. **Constituição, 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_\_. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

\_\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <**<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#art1>**>. Acesso em: 10 jul. 2018.**

\_\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História e Geografia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARDOSO, I. M. CASTRO, R. N. **A ausência/presença das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de pedagogia**: o caso da Unesp/Marília. Vitória da Conquista, v. 11, n. 18, jan./abr. 2015.

GONÇALVES, L. A. O. SILVA, P. B. G. **Movimento negro e educação**. Educação como exercício de diversidade, p. 181, 2005.

GRIGOLO, V. **O impacto da Lei 10.639/03 na escola**: o caso da educação de jovens e adultos. 2012. 43f. Monografia (Especialização) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PRADO, M. E. B. B. Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações. In: ALMEIDA, M. E. B.; MORAN, J. M. (Org.). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, 2005.

REGO, N. Representações culturais e educação para a cidadania: as cores de um povo. In: BUITONI, M. M. S. (Coord.). **Geografia:** ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

SANTOS, N. F. Discriminação racial e práticas educativas: um estudo das relações étnico-raciais na prática educativa dos professores da Rede Estadual de Ensino Fundamental e Médio da cidade Patos/ PB. In: **Congresso Nacional de Educação**. Campina Grande: Editora Realize, 2014.

SANTOS, W. O. A Lei 10. 639/03 e os livros didáticos de geografia. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação,** v. 8, n. 13, jan./jun. 2014.

SILVA, P. E. **Professor negro universitário**: notas sobre a construção e manipulação da identidade étnico-racial em espaços socialmente valorizados. 2008. 220f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.